

Teófilo Braga: a História Literária como Testemunha da Glória de Portugal

Rodrigo do Prado Bittencourt - Universidade de Coimbra

Resumo:

Para Teófilo Braga, a História Literária é mais que uma simples área do conhecimento; é um modo de demonstrar a glória de um país. Somente um povo capaz de produzir maravilhosas obras de Literatura é um povo importante. Estas seriam a manifestação da confluência de fatores históricos, genéticos e linguísticos na formação de obras maduras cheias de qualidade. No caso de Portugal, sua Literatura seria a única glória digna de ser comparada às Grandes Navegações, feito máximo deste povo, para Braga.

Palavras-chave: Teófilo Braga; Política; História Literária; Positivismo.

Abstract:

To Teófilo Braga, the Literary History is more than an area of knowledge; it's a way to demonstrate the glory of a country. Only a people capable of producing wonderful works of Literature is an important people. These would be the manifestation of the confluence of historical, genetic and linguistic factors in the formation of mature works with high quality. In the case of Portugal, its Literature would be the unique thing worthy of being compared with the Great Navigations, the most important conquest of this people, for Braga.

Keywords: Teófilo Braga; Politics; Literary History; Positivism.

Introdução

Este trabalho visa discutir a visão que Teófilo Braga apresenta da História Literária sua obra *História da Literatura Portuguesa (Recapitulação)*, de 1909. Para isso, vai se discutir as questões teóricas e metodológicas levantados pelo autor em um trecho do livro que serve de introdução e que foi chamado *Prolegómenos*. Isso, por sua vez, suscita também uma análise da estrutura da obra e de como isto se liga ao conteúdo aí apresentado. Este trecho apresenta várias divisões e subdivisões e tem por volta de 150 páginas, de uma obra de 530.

Optou-se pela versão de 1909 por ter ela sido revista para o autor e ampliada. De fato, ela até traz em si um subtítulo sugestivo “Recapitulação” e um breve texto que explica a necessidade de alterações diante de novas descobertas acadêmicas. Esta versão é a mais fiel, pois, à memória do autor, por ter sido a última por ele produzida e revista.

Quanto ao uso da versão original, com a linguagem da época, isso se dá por três motivos relativamente simples de serem explicados: o primeiro é de que ela não afeta em nada o entendimento do conteúdo escrito; o segundo é que assim pode-se ter mais fidelidade à obra, salvaguardando esta análise de possíveis erros advindos de um atualização descuidada – embora se reconheça que há edições plenamente fidedignas dentre as atualizadas, como a da Imprensa Nacional/Casa da Moeda, que é usada aqui para cotejar o texto moderno com sua versão original e dirimir as dúvidas que possam aparecer devido às mudanças da Língua Portuguesa, e, por fim, para que fique claro que é um texto antigo o objeto de revisitação e a própria distância na grafia possa testemunhar o cuidado que se deve ter para que não se caia em anacronismos.

Um breve olhar sobre sua estrutura já permite antever algumas orientações importantes. Teófilo Braga quis preparar a discussão dos períodos literários por ele analisados por meio de uma longa discussão de História Literária, apresentando aqueles que julgava serem os pressupostos básicos para a existência de uma Literatura e para sua correta análise. Isto, de certo modo, facilita a vida do crítico, pois o autor já apresenta de modo nítido seu posicionamento teórico, permitindo ao leitor antever suas escolhas metodológicas, epistemológicas e mesmo do corpus a ser analisado.

Deve-se precaver, entretanto, contra possíveis diferenças entre aquilo que o autor diz fazer e o que realmente faz. Afinal, erros podem acontecer; quando não falseamentos propositais. Cabe ao estudioso tentar manter-se distante o suficiente para não se deixar levar por aquilo que o autor afirma sem antes conferir e analisar bem cada pormenor.

A História Literária Narrativa

Perkins (1999) critica a História Narrativa da Literatura, por não ser de apurado valor crítico-científico e tampouco notável valor literário (1999, p.15) e isso se dá pela própria constituição textual do gênero, sendo, pois, inerente a qualquer obra desta categoria. Pode-se enquadrar o livro de Teófilo Braga aqui, uma vez que ele narra um percurso teleológico e muito bem definido de formação da Literatura Portuguesa. Além disso, não se pode deixar de destacar que, embora ele revista suas afirmações de termos científicos e nomes de pesquisadores consagrados, fato é que não se pode ver muita cientificidade em alguns juízos de valor que mostram muito bem uma opção política e de gosto por trás de suas avaliações estéticas. Como exemplo pode-se ver como o juízo de valor sobrepõe-se à imparcialidade científica “embora pequeno no seu numero, a par da ocupação de vastíssimos domínios, creou o Povo portuguez uma das. mais bellas línguas romanicas” (Braga, 1909, Hexplicativa). Por outro lado também a política oblitera a neutralidade que se espera de uma obra acadêmica: “Assim, os dois historiographos, *desnacionalisando* Portugal, como favorecidos pela dynastia dos Braganças consideravam ainda um beneficio providencial que ella explorasse isto na irresponsabilidade.” (op. cit. P. 12).

Ainda segundo Perkins, a História Narrativa da Literatura falha ao ser submetida a uma avaliação epistemológica por dois fatores: ela é extremamente partidária, tomando a clara defesa de um ponto de vista, e limitada, omitindo diversos fatos e fatores importantes. Para este autor, este tipo de obra traz consigo um herói coletivo (op. cit. p.3). Neste caso, a heroína é a Nação Portuguesa, que passa pelas dificuldades de sua formação (sobretudo, a pressão castelhana e os erros da Casa de Bragança) para alcançar a vitória (sua grande Literatura).

Perkins (op. cit. 25) ainda afirma que a História Narrativa da Literatura tem seu valor como obra literária diminuído pela própria dinâmica textual que ela apresenta: o leitor, numa obra literária, depara-se com o não-dito, sendo obrigado a trazer em cena sua imaginação e criatividade para compreender o enredo; o que não ocorre com a História Narrativa da Literatura. Nesta, tudo deve ser explicado, as causas e as consequências devem estar concatenadas, o que gera um texto desinteressante. Isto é evidente no livro de Braga, com seu caráter enciclopédico e sua descrição minuciosa de diversos detalhes que, a seu ver, podem explicar o desenvolvimento da nacionalidade e, assim, da Literatura Portuguesa. Assim, até mesmo o uso de um metal enquanto tecnologia de um povo pré-histórico passa a ser importante para entender uma literatura, como vê-se em “Custou muito a destacar este *substratum* ligurico confundido com os povos Celticos, aquelle ainda na civilização bronzifera, estes já possuidores do ferro.” (Braga, 1909, pp.15-6).

Este estudioso ainda levanta a questão de quais desejos inconscientes estariam por trás dos autores de textos assim. Ele aponta para o prazer de inteligibilidade, para o gozo em ver um sentido no mundo. Perkins (op. cit.) não supõe que seja possível uma neutralidade absoluta, mas afirma que os autores de Histórias Narrativas da Literatura deveriam buscar ter consciência de seus desejos e avaliá-los. A inteligibilidade proporcionada pelo Positivismo, adotado por Braga, é notória: tudo se explica a partir de leis gerais imutáveis, como se verá mais adiante.

A partir de então, o autor mostra como muitas narrativas tendem a fazer uma análise reducionista do que seria o início do período a ser descrito, justamente para enfatizar aquilo que virá depois. Assim, sempre se tem como início uma fase de homogeneidade pouco criativa no cenário literário, contraposta à rica diversidade que se seguirá e que é o foco da narrativa. O leitor pode vir a pensar que Perkins estava a criticar aqueles que são por todos execrados. Isso por ele começar tratando de narrativas do XIX; mas não são poucas as obras recentes por ele analisadas, sendo a mais recente de 1987. Assim, Braga não deve ser visto como um autor totalmente equivocado e sem méritos, mas como um autor do século XIX que apresentava características que, boas ou más, ainda são muito comuns.

A abordagem positivista

Para evitar dúvidas é preciso salientar uma particularidade do plano da obra em questão: Teófilo Braga colocou no índice de seu livro subtítulos que não aparecem ao longo do texto corrido. Assim, é preciso estar atento às menções que serão feitas aqui a estes subtítulos que serão considerados como elementos que auxiliam a descrever o texto, permitindo ao leitor encontrar os temas que deseja pesquisar e que parecem não terem sido colocados no texto em si apenas por receio de que representassem um obstáculo a uma leitura fluída e um defeito de estilo. Não se pode conceber que o índice criado por seu autor, ou ao menos dele conhecido, já que estava presente nas edições que foram lançadas durante sua vida, não possa ser considerado parte da obra.

Assim, logo no início do livro, vê-se dentro de uma espécie de nota explicativa, ou ao menos em sequência a ela, o subtítulo “O *ethos* expresso na litteratura”. Embora, não seja intuito aqui discorrer sobre o conceito de “ethos”, cabem algumas palavras sobre o assunto. Este conceito, que já esteve muito em voga na Antropologia e que já está a um bom tempo em desuso, evoca a ideia de identidade coletiva de um povo por meio de concepções mentais e manifestações materiais ou não (danças, artefatos do dia-dia, rituais...).

Ele é considerado ultrapassado porque passou a ser visto como uma abstração muito vaga e muito difícil de ser provada cientificamente. Afinal, dentro das diversas manifestações culturais de um povo, por vezes até contraditórias entre si, como provar que esta – e não aquela – é a que o define? Mais: como explicar esta identidade como algo reconhecível ao longo de gerações diante de tantas mudanças culturais, facilmente observáveis, nos mais diversos povos?

Além de suscitar perguntas difíceis de serem respondidas como as anteriores, o conceito de “ethos” marcou uma época em que a Antropologia esteve ligada a determinismos naturais e até mesmo ao racismo, o que representa um fator político que explique por que é considerado de bom tom, hoje em dia, abandoná-lo; embora alguns autores ainda o utilizem, mesmo que raros.¹

¹ Fica evidente a ligação de “ethos” às idéias deterministas e racistas neste exemplo, extraído do próprio livro analisado: “Com estes elementos fundamentaes ou organicos, a elaboração da Litteratura portugueza é o producto do *ethos* da raça, do sentimento da nacionalidade e da consciencia historica” (p. 2)

No momento em que é lançado o livro de Braga (1909), porém, este conceito está em alta e traz ganhos teóricos consideráveis para o cenário da Crítica Literária de então. Com efeito, ele traz a ideia de conexão entre a obra literária analisada e o contexto em que foi produzida e é usado por Teófilo Braga dentro de uma tentativa de explicar cientificamente os textos de Literatura, fugindo às divagações puramente subjetivas ou à explicação da obra unicamente pelo gênio de seu autor.

De fato, por mais que a noção de “gênio” não tenha sido deixada de lado por Teófilo Braga, ele a usa de modo concatenado com as influências sociais; numa perspectiva de que o escritor não escreve sem ter recebido contribuições da educação que lhe foi dada pela sociedade que o formou e tampouco é uma mera marionete dos desenvolvimentos sociais a expressar o que lhe é sugerido de modo determinista. Para destrinchar melhor esta questão, vale a pena refletir sobre um trecho do livro:

E' extremamente complexa esta transformação. Para que uma Litteratura se forme é necessário que uma *raça* fixe os seus caracteres anthropologicos pela prolongada hereditariedade, que funde a aggregação ou consenso moral de *Nacionalidade*, tendo o estímulo de resistencia na sua *Tradição* e na unidade da *Lingua* disciplinada pela escripta, universalizando a relação psychologica das emoções populares com as manifestações concebidas pelos genios artisticos. (p. 3)

Analisando com cuidado o excerto acima, pode-se perceber que Teófilo Braga acaba por delimitar alguns pontos que sofrerão um intenso desenvolvimento depois, nas mãos de outros autores, mas que já aparecem de algum modo aqui. Não que eles tenham se inspirado neste autor, até porque ele não foi o único a apresentar esta visão, sem sua época; nem sequer é possível saber se estes autores do século XX leram Braga e seus contemporâneos, embora em alguns casos isso tenha sido muito provável.

Assim, ideias que aparecem no referido trecho, como a de “Tradição”, ou mesmo de “Nacionalidade” lembram o conceito de “Sistema Literário” que será desenvolvido na obra *Formação da literatura brasileira*, do crítico brasileiro Antônio Candido, exatamente 50 anos depois da publicação desta última versão do livro de Teófilo Braga. Há, neste autor, a preocupação em analisar quando a Literatura

produzida no Brasil passou de fato a ser “nacional” ou “brasileira”. Ora, Braga também preocupou-se muito com a questão da “Nacionalidade” na Literatura e se isto parece banal e recorrente não é prova da pouca importância de sua teorização, mas exatamente o contrário.

Há que se ver, porém, a força de elementos biologizantes que a Crítica posteriormente tratará de execrar, como “raça” e “hereditariedade”. Não é descabido avaliar que estas referências deterministas contribuíram para “jogar na lama” as contribuições da História Literária de Teófilo Braga e de outros do princípio do século XX e até criaram terreno para um grande descontentamento em relação a estas abordagens. Desacordo que foi sendo gestado na surdina e eclodiu, agregado a outros fatores, com grande violência nas críticas direcionadas ao estudo da Literatura que fizeram parte da ampla gama de questionamentos às Universidades Europeias realizados nos anos 60, como lembra Bernardes (2002), em *A História Literária e o Ensino da Literatura*.

A escolha do termo “raça” não ocorre em vão. Não se trata de um termo impensado, mas como fica evidente acima, Teófilo Braga está de fato pensando em características biológicas ao usar esta palavra. Está presente aqui a idéia de que a obra artística não é uma produção meramente individual, mas, como produto do desenvolvimento de uma raça, só foi possível graças às contribuições desta ao indivíduo: contribuições tanto culturais quanto genéticas. Não é à toa que Braga desenvolverá mais adiante uma longa explanação sobre a “raça” dos Lusos e o povo português que dela é fruto. Aliás, gosta ele de sublinhar, citando autores estrangeiros, que esta raça seria das mais puras.²

Não se pode aqui confundir povo e raça. Vejamos, para tanto, as palavras do próprio autor:

O pequeno povo, que ocupa a faixa Occidental da Hespanha, constituindo-se em nacionalidade autonoma entre os novos Estados peninsulares formados no século X I I , que se foram unificando até á completa absorpção castelhana, assinalou pela energia da sua raça a ação mundial, realisada nos grandes Descobrimientos marítimos, que deram inicio á Era moderna da Civilisação da Europa (p. 1).

² Diz Teófilo Braga: “O povo portuguez, cuja raça foi caracterisada por Frederico Edwards e Deniker como das lmais puras da Europa” (p. 2).

A idéia de “raça” traz em si uma forte referência a caracteres biológicos; é antes como um termo desta área que é usada e não como um termo da Ciência Política. Já “povo” será a concretização histórica daquilo que a “raça”, as características físicas e psíquicas típicas daquele grupo, permitiu construir. A raça é o substrato sobre o qual se erige a construção política, cultural e histórica de um grupo que vai se formando, ao longo do tempo, e tomando consciência de sua especificidade por meio do orgulho de sua identidade coletiva, condensada na idéia de “nacionalidade”.

O risco que a História Literária corre ao se defrontar com estes conceitos deterministas é grande – isso para não falar em suas funestas consequências políticas. Com efeito, chega um momento que já não se sabe se Teófilo Braga explica a Literatura pelo conceito de “raça” ou a “raça” pelo de Literatura. Ao menos, pode-se perceber esta inversão já na página 10 deste livro: “Mesmo, os velhos monumentos litterarios e artísticos têm prestado dados etimológicos³ para se discriminarem raças que não era possível distinguir physiologicamente.”

Esta escolha não faculta o estudo apenas do texto em si, portanto, mas deve o Historiador da Literatura, nesta visão, recorrer a outras ciências para, uma vez tendo conhecido a raça que a produziu, e só então, entender seu desenvolvimento e compreender a grandeza de seus textos. Com isso, o autor se filia à corrente que busca em elementos extratextuais subsídios para a análise do texto, buscando situá-lo em seu tempo e entendê-lo em meio ao conjunto de relações sociais de que faz parte e não como um ente atemporal e eterno.

Se Teófilo Braga vai buscar esta contextualização não apenas na História, mas também na Biologia – e ele chega a falar em “índices cephalicos” – isso prejudica muito sua análise – da perspectiva que hoje adota-se – mas não deixa de estar ligado à sua época. A abordagem científicista estava muito em voga, então. Esta “cientificidade” deve ser entendida como uma tentativa de fazer das Humanidades um estudo mais próximo possível das Ciências Exatas. Assim, a busca por conceitos ligados ao corpo humano explica-se por uma tentativa de legitimar as Humanidades.

Para uma contextualização desta prática, é preciso lembrar a força que as Ciências Biológicas tinham então. O famoso *On the Origin of Species by Means of*

³ Há que se notar que a versão com linguagem atualizada da Imprensa Nacional/Casa da Moeda traz “etnológicos” no lugar de “etimológicos”, o que faz mais sentido.

Natural Selection, de Charles Darwin havia sido publicado em 1859, com um estrondoso sucesso, fazendo com que muitos buscassem na natureza explicações para fenômenos culturais, sociais, econômicos e artísticos. Não foram poucos os autores famosos e conceituados que fizeram aproximações de outras áreas do saber com as descobertas da Biologia e ideias como as de “evolução” e “processo” tornaram-se uma marca do século XIX europeu. Para citar um exemplo, Karl Marx dedicou *O Capital* - outro livro que marcou este século - a Darwin, em 1867.

Pouco antes do sucesso de Darwin, porém, apareceu para o mundo um francês que, longe de biólogo, era filósofo e que também influenciou muito a Teófilo Braga: Augusto Comte. Com efeito, muito do que vemos em Braga no que tange à idéia de capacidade da ciência de estudar a Literatura de modo preciso quase que pleno vem de uma visão Positivista.

Comte foi o fundador do Positivismo, escola filosófica/epistemológica que sempre defendeu a razão como centro ideal de toda a atividade humana e conferiu a ela um status semelhante ao de plenipotência, defendendo que a sociedade poderia ser intensamente melhorada a partir de sua organização racional.

Comte chegou mesmo a fundar uma espécie de igreja e um de seus mais célebres livros tem o título de *Catecismo Positivista*. Nesta igreja, no lugar das imagens de santos da Igreja Católica, deveria haver bustos de grandes pensadores da humanidade, como Platão ou Pascal. Gesto que lembra o dos jacobinos que, comandados por Robespierre durante a Revolução Francesa, tentaram destruir a influência cristã sobre os cidadãos a partir de uma nova religião, o Culto à Razão.

Também a visão da Literatura como produto histórico de um sujeito coletivo, que em Teófilo Braga é o povo português de seu tempo – manifestação de sua raça antiga e pura – é positivista. Afinal, a idéia de explicar as produções de conhecimento, arte e cultura por meio de categorias coletivas e de classificar as mudanças históricas destas produções ao longo do tempo como parte de um processo lógico de maior racionalização do ser humano é uma das mais importantes concepções de Comte.

Para ele, com efeito, o homem passaria por três diferentes estágios – o Teleológico, o Metafísico e o Positivo – sempre progredindo em direção a uma secularização maior e maior racionalidade. Duas idéias, aliás, que depois serão

desenvolvidas por aquele que mais combateu o Positivismo na Sociologia, dentre os autores clássicos da área: Max Weber.

Assim, a Idade Média, a Idade Antiga ou qualquer outro período histórico eram vistos pelos positivistas não como um período único, distinto de todos os demais em suas especificidades, mas sublinhava-se o que ele poderia ter de comum com os outros, de modo a conseguir deslindar uma continuidade e mesmo uma identidade entre estes diversos períodos. A História teria, portanto, um fio condutor.

Teófilo Braga parece seguir esta linha de raciocínio e no caso dele este fio condutor que leva os portugueses a fazerem Literatura do modo como fizeram e fazem é a força de sua raça, que já tendo produzido as Grandes Navegações, confirma este esplendor com ricas obras literárias. Ou melhor: raça tão vigorosa que conseguiu gerar um povo capaz de um feito político – os Descobrimentos – à altura de sua Literatura. Basta ver o seguinte trecho:

Tão importante é a historia dos Descobrimentos marítimos dos Portuguezes, como a da sua litteratura; este poder de acção e de criação esthetica explica o phenomeno sociologico da sua autonomia politica através das crises das nacionalidades peninsulares, das conflagrações europêas, e do empirismo boçal dos seus próprios governantes. (p. 1)

Interessante notar outra inversão de Teófilo Braga: se aqui a Literatura explica a autonomia política mesmo diante das crises de nacionalidade; no trecho da página 3, anteriormente citado, é a “nacionalidade” um fator necessário para que se forme Literatura. Assim, o autor troca produto por produtor e produtor por produto, numa cadeia de determinismos que formam um sistema fechado em que tudo tem seu lugar e contribui para explicar e fortalecer o todo. Não há hiatos neste sistema. Ao contrário, dentro da visão do Positivismo, tudo parece seguir leis gerais universais que regem os diversos fatores de modo a gerar uma situação de equilíbrio.

É interessante notar a sensação de prazer intelectual que esta ilusão de tudo compreender por meio de poucas e elucidativas leis pode trazer. Isto que os psicanalistas chamariam de uma “ilusão fálica” ou “ilusão de potência” e que faz com que uma coisa seja espelho da outra e o produto seja fruto previsível e ordenado do

conjunto de forças que foi previamente organizado para o gerar; tenha sido este organizador o Povo, a “Raça” ou simplesmente a História. Um exemplo elucidativo desta condição especular totalmente decifrável mediante a compreensão de suas leis é a seguinte frase: “Compreendida assim a Litteratura é uma synthese completa, o quadro do estado moral de uma nacionalidade representando os aspectos da sua evolução secular e histórica” (p. 3).

Assim, a Literatura passa a ser totalmente ligada à realidade histórica que a gerou; passa a ser mesmo capaz de sintetizar tudo o que diz respeito à cultura deste grupo, se for interpretado assim o termo “estado moral de uma nacionalidade”. Ela segue leis muito rígidas, portanto, em sua formação. Leis que não lhe permitem um desenvolvimento sequer relativamente autônomo em relação aos fatores materiais que a envolvem.

Quais seriam estas leis universais capazes de explicar a formação literária de qualquer povo em qualquer momento da História? Já foram mostradas aqui, na citação em que Teófilo Braga explica a formação da Literatura. São as leis que regem as relações entre a “Raça”, a Nacionalidade, Tradição e a Língua; sendo que também cada uma destas entidades tem suas leis internas e é a partir da explicação delas que o autor vai explicar as escolhas de sua História Literária.

Assim, nada mais falta à Literatura; ela já não precisa envergonhar-se perante a prestigiada Ciência. Afinal, também ela aparece agora possuidora de leis inexoráveis e sistemas universais capazes de abarcar todos os fenômenos a ela pertinentes e de funcionar em equilíbrio. É a partir da explicação destas leis que Teófilo Braga vai estruturar seu livro. Leis que se dividem em dois tipos e que fazem da Literatura uma refém dos fatores sociais que não apenas a condicionam, mas a subordinam. Diz o autor: “Subordinada ao meio social pela sua origem e destino, a Litteratura reflecte todas as successivas modificações d'esse meio, achando-se, como todos os outros phenomenos sociologicos, sujeita a leis naturaes de ordem *statica* ou de conservação, e de acção *dynamica* ou de progresso” (p. 4).

As divisões da obra

A primeira parte de *História da Literatura Portuguesa (Recapitulação)* descreve como operam estas leis naturais estáticas e a segunda se concentra nas leis dinâmicas. Não se trata de uma divisão inocente, mas tem forte apelo positivista como já se mostrou, e Teófilo dedica-se a longas considerações teóricas e históricas para descrever estes “fenômenos sociológicos”.

Ora, “fenômenos sociológicos”? “Mas não se tratava de um livro de Literatura e seu título não é *História da Literatura Portuguesa (Recapitulação)*?”, poderia perguntar algum leitor moderno desavisado. De fato, aquilo que hoje habituou-se a encontrar nos livros de História Literária demora a aparecer no livro de Teófilo Braga: só a partir da página 155, de um livro de 530 páginas. Ou seja, quase um terço da obra é dedicada à teorização e à contextualização não apenas histórica, mas lingüística e biológica, como se viu, e às explicações sobre o porque desta abordagem.

Também não se pode deixar de observar que, para Teófilo Braga, a Literatura não passa de um “fenômeno sociológico”. Assim, ela não é uma área de saber própria, mas um ramo da Sociologia. Isso talvez se dê ao fato de que ainda não havia cursos de Letras em Portugal, sendo os primeiros, em Lisboa e Coimbra, fundados apenas dois anos depois, em 1911.

Quanto à Sociologia, já existia na França como disciplina universitária desde 1887, quando Durkheim assumiu a primeira cátedra da área, em Bordéus. Em Portugal, ela já estava presente na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra desde 1901, embora já tivesse presente nos debates intelectuais há mais tempo. Aliás, o próprio Teófilo Braga já havia publicado, em 1884, um “longo tratado de Sociologia (*Systema de Sociologia*) em que Comte, Spencer e, de um modo geral, os pontos de vista do positivismo organicista e evolucionista eram as referências fundamentais”, como afirma Pinto (2004).

Outro ponto a ser levantado é que Comte foi o fundador da Sociologia, embora não usasse este nome para designar a nova ciência. O nome por ele usado era o de “Física Social”, que deixa bem clara sua tentativa de se alinhar à cientificidade das Ciências Exatas.

Como admirador das ideias de Comte, Teófilo Braga certamente se viu influenciado a valorizar sobretudo a Sociologia, mesmo em prejuízo da História Literária. Há que perguntar-se até mesmo como Teófilo Braga se via: como sociólogo, escritor, crítico literário, político ou um misto de tudo?

É interessante notar que ele não tira a base de seu estudo de um autor conhecido por dedicar-se ao estudo da Literatura, mas de Bacon, conhecido sobretudo por suas contribuições à Filosofia. Com efeito, é de uma citação deste autor que Teófilo Braga extrai a autoridade para confirmar a escolha pelas bases teórico-metodológicas que vão guiar todo seu livro e até influir na estrutura da obra. O autor chega mesmo a dizer que é nesta frase de Bacon que encontrou “as bases da História Literária”. Basta ver, o trecho a seguir:

Bacon, esboçando genialmente as bases da historia litteraria (*De augmentis Scientiarum*, l i v , c a p . 4,) indica os factores staticos e dynamicos: «Antes de tudo o historiador das Artes e das Lettras, deve preoccupar-se... da natureza do paiz e da raça, sua aptidão ingenita ou ao contrario sua incapacidade para as diversas sciencias, as circumstancias históricas favoraveis ou desfavoraveis, (*factores dynamicos*) as influencias religiosas, aquellas que provêm das leis politicas, emfim, o merito eminente e a acção fecunda dos individuos para o progresso das lettras... (p. 5).

Fica evidente, neste trecho, que as Letras só podem ser estudadas após um meticuloso inquérito investigativo acerca do ambiente que a condiciona e dos agentes que a produziram. Assim, fatores da Ciência Política e da Sociologia passam a ser tão ou até mais importantes que elementos da Narrativa ou estruturas de Sintaxe. Pode-se ver que estes fatores não apenas precedem no tempo às análises dos elementos internos do texto. Se fosse assim, a obra de Teófilo Braga não seria muito distinta de outras Histórias Literárias posteriores e mesmo das mais atuais. A questão é que ele assume como “base da História Literária” um trecho em que Bacon cita apenas fatores externos ao texto. Deve-se lembrar, portanto, que a escolha da expressão “a base” deve levar quem lê a idéia de que o essencial para entender a metodologia e a teoria de uma

História Literária está ali. Se assim não fosse, Teófilo Braga teria escrito “uma das bases”.

Pode-se argumentar que isto foi apenas um descuido do autor, mas esse argumento cai por terra assim que se contempla as divisões da obra, seguindo as leis que regeriam a Literatura e se leem trechos como o já citado da página 4 em que Teófilo Braga coloca a Literatura como “subordinada ao meio social”. Além disso, como se verá, uma questão central da obra aqui analisada é a da Nacionalidade.

A Nacionalidade

Como está evidente num trecho já citado, Teófilo Braga coloca o início da “Era moderna da Civilização da Europa” nas Grandes Navegações, que teriam sido iniciadas pelos portugueses. Assim, o marco comumente atribuído para demarcar o fim da Idade Média e começo da Idade Moderna – a tomada de Constantinopla pelos Otomanos, em 1453 – perde evidência em prol de um marco mais propício aos sonhos de grandeza lusitanos.

É ponto pacífico na Historiografia que estes marcos definidores de início ou fim de Períodos Históricos são arbitrários e que devem ser relativizados. A escolha de Teófilo Braga, porém, não é inocente e deve ser vista não para uma discussão de qual é o marco histórico mais adequado, porém para entender seu livro e sua visão da História Literária como registro da glória de Portugal.

Com efeito, é fundamental para o autor o conceito de “nacionalidade” e a História Literária não pode dele prescindir, por ser uma das leis ou fatores estáticos essenciais para a formação de uma Literatura. No caso de Portugal, a História Literária terá muito o que discutir, devido à vasta e excepcional Literatura, testemunhando uma das maiores glórias deste povo, comparável apenas às Grandes Navegações. Sendo que estas, para Teófilo, simplesmente inauguram a Era Moderna.

Assim, o primeiro obstáculo com que se depara o autor é o da negação da especificidade portuguesa em relação à Espanha. Se uma Literatura demanda, para sua existência, uma Nacionalidade própria, da qual, aliás, é apenas expressão, como poderia haver uma Literatura Portuguesa se os portugueses não se diferenciavam em nada nos espanhóis? E mais: como uma obra de História Literária que parece ter sido feita para

entoar cânticos de exaltação à glória de Portugal poderia subsistir sem essa nacionalidade afirmada?

Assim, Teófilo Braga será categórico quanto à distinção entre Portugal e Espanha, atacando fortemente o ponto de vista contrário. Como no trecho a seguir, em que comenta as obras de dois historiadores a respeito do tema:

Tratando de Portugal, o problema da raça, é do mais alto interesse. Existe de facto uma *raça portuguesa*? A esta pergunta, respondeu Alexandra Herculano negativamente, (...) Peior do que Herculano, veio o phrasista Oliveira Martins, considerando Portugal essa horda de adventícios asturo-leonezes submettendo-se á aggregação de uma nacionalidade pelas ambições e esforços continuados dos políticos dirigentes. Assim, os dois historiographos, *desnacionalizando* Portugal, como favorecidos pela dynastia dos Braganças consideravam ainda um beneficio providencial que ella explorasse isto na irresponsabilidade. (p. 11 e 12)

Por conseguinte, não se pode jamais assumir jamais uma origem histórica comum entre portugueses e espanhóis, pois isso afetaria a questão da raça e, segundo as leis estáticas e dinâmicas que regem o “fenômeno sociológico”, a raça é fator essencial para a formação de uma Literatura. Por isso, Teófilo Braga acusa os dois historiadores de desonestidade intelectual, atuando em favor da dinastia de Bragança, a quem interessava esta visão. Só assim, o autor consegue manter inabalada sua afirmação de que a Literatura Portuguesa tem qualidades únicas, que merecem ser conhecidas, a despeito de quaisquer semelhanças que pode apresentar, num ou noutro ponto, com algumas literaturas estrangeiras.

Assim, um pouco mais adiante, na mesma página, Teófilo Braga parece irritar-se contra essa idéia de assimilar portugueses e espanhóis sob o signo de um único povo e até usa de uma exclamação. Algo raro, em seu estilo: “E, já é favor; por que, para os nossos visinhos castelhanos não ha differença alguma entre Hespanhoes e Portuguezes,são um povo unico!” (p. 12)

Como Teófilo Braga liga a “raça” à própria existência da Literatura, fazendo daquela uma *conditio sine qua non* para esta, a desconstrução da visão de “raça” única,

pura e bem delimitada como origem dos portugueses coloca em xeque também sua Literatura.

Se a nacionalidade está fora de questão para o autor, os elementos pertinentes a ela passam a ser de tal importância que chegam mesmo a delimitar fenômenos internos, específicos do campo literário. É assim que a periodização da Literatura se ligará à periodização do próprio Estado Nacional português. Teófilo Braga periodiza a Literatura por fatores históricos e cronológicos, tomando como referência, por exemplo, os períodos de vigência do governo de um determinado monarca e não os elementos internos do texto, não a Literatura em si. Assim, há os ciclos Affonsino ou de Dioniso.

Este olhar voltado para a História Nacional de Portugal será, em grande parte, responsável pelo uso político que se fará de obras de História Literária desta matiz. Com efeito, não só em Portugal, mas em vários países ocidentais, o final do século XIX e início do XX assistiu a um recrudescimento nacionalista, que de certo modo culminou com a Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914.

Não foi por acaso que as Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa foram fundadas pouco antes, em 1911, como já se disse. Afinal, elas faziam parte de um esforço de valorização patriótica e tinham a função de preservar e exaltar o patrimônio cultural nacional, fator de diferenciação e superioridade em relação aos outros povos. Com efeito, este ambiente de exaltação grandiloquente das glórias de um país esteve muito ligado à Literatura, por uma série de razões. Se por um lado ela era a forma artística mais facilmente difundida e por isso muito importante politicamente, por outro de seu próprio seio saíram manifestações de apreço pela nacionalidade, gerando uma espécie de confluência de fatores interessante para os dois polos da relação.

Num mundo com poucos teatros e poucas companhias teatrais ou de dança – de fato, estavam estes espetáculos restritos às grandes cidades, notadamente as capitais europeias – estas artes, apreciadas por grandes públicos não podiam competir com o livro. Graças à disseminação da escola pública estatal, a Literatura encontrava-se como o melhor meio de difundir uma idéia por todo um país. Isso sem falar em artes que sempre foram mais restritivas e elitistas, como a escultura ou a pintura. No caso destas,

há que se pensar que muitas obras importantes, longe de figurar numa galeria, faziam parte de coleções particulares de alguns poucos privilegiados.

No que diz respeito à música, ela podia ser considerada tão popular quanto à Literatura, mas na ausência dos meios que hoje se dispõe para gravar o som, não se podia facilmente difundir uma música por um grande território sem o risco de alterações substanciais em sua composição. Ao contrário do livro, obra integral e inalterável, a música dependia da execução do artista, o que fazia com que letras, melodias, tons e arranjos pudessem ser totalmente mudados. Assim, as músicas mais difundidas eram as eruditas, registradas em partituras, e as tradicionais ou folclóricas, transmitidas de geração a geração.

Assim, dentro dos meios de comunicação de massa disponíveis no século XIX foi a palavra escrita o grande meio de difusão do ideário que interessava ao Estado Nacional. Daí a importância da Literatura, seja no livro, seja no jornal, por meio do folhetim. Daí, também o apoio estatal a um ensino da Literatura que visasse enaltecer o país e sua História. Fato facilmente explicável diante do contexto da Colonização da África e da Ásia, cujo marco é a Conferência de Berlim, de 1884. Se nas Grandes Navegações, o domínio dos territórios além-mar eram justificados ideologicamente pela glória do país e o alargamento das hostes cristãs mediante o gesto de levar a Fé aos gentios, agora a catequização não faz mais sentido, embora a glória estatal ainda seja um argumento aceito. No lugar da Fé, os europeus estariam levando para os outros continentes a Civilização. Dentre os elementos civilizacionais estava a Língua, a Cultura e a Arte europeias. Nada melhor, portanto, que elas fossem estudadas, então, como verdadeiros tesouros a serem preservados e encher de orgulho os seus possuidores e é deste modo que será vista por Teófilo Braga.

Pode-se dizer, portanto, que sua obra se encontrava dentro do “horizonte de expectativas” de um leitor da época. Embora este termo seja usado praticamente apenas para obras literárias em si, e não para as que as estudam, ele vem bem a calhar nesta questão. Com efeito, Teófilo Braga, em seu livro, abordou a Literatura do ponto de vista que era interessante ao Estado e, por conseguinte, passou a ser usado nas escolas e nas Faculdades de Letras que vieram a ser criadas. Num momento de fortalecimento

institucional – para não dizer “fundação institucional” – do campo literário, isto teve muita importância. De fato, ele só será desbancado décadas depois com Álvaro Júlio da Costa Pimpão, quando perderá, então, sua hegemonia como obra de referência para a área.

Em 1959, Pimpão lança uma revisão de sua obra “História da Literatura Portuguesa (Séculos XII a XV)”, de 1947. Este já começa a identificar filões da Literatura Medieval Portuguesa, embora o faça de modo bem breve. Há que se ver, entretanto, a importância que esta abordagem teve para as posteriores no sentido de as influenciar a realizar a História Literária atentando, sim, para os dados contextuais que ajudam a interpretar o texto, mas sem esquecer-se de uma avaliação criteriosa de seus elementos internos, coisa que Teófilo Braga não desenvolveu com tanto afinco.

Costa Pimpão estava ligado à Filologia e fez várias inovações diante daquilo que Teófilo Braga havia escrito, pois estuda gêneros, poética e métrica. Ele até coloca Afonso X (um castelhano!) em sua obra sobre Lit. Portuguesa. Só o faz em razão do conteúdo do texto, sem esquecer a que a História Literária deve ser feita a partir da Literatura.

Para Teófilo Braga a Literatura e a Língua só têm seu valor como manifestação da identidade de uma raça, do gênio de um povo e de seu desenvolvimento. Ele vê, por exemplo, o século XV como um século de transição e não demarca, de modo claro e fundado em teorização, o que é medieval ou não. Essa não era a questão mais importante para este autor, desde que as obras que tivessem sido produzidas pelo gênio do povo português fossem de grande valor e únicas, frente às de outros povos.

Assim, deve-se reconhecer que, embora ligue a produção literária portuguesa com a dos outros países da Europa, identificando influências e desenvolvimentos contíguos, Teófilo Braga sempre o faz de modo a enaltecer perante os demais povos a nação portuguesa. Assim, embora seja interessante pensar que a História Literária de um país deva dialogar com as de outros países, pois assim a Literatura o fazia e faz, em Teófilo este diálogo se dá sempre do mesmo modo: enaltecendo a produção lusitana de modo a ofuscar a estrangeira. Assim, o diálogo acaba por transformar-se num monólogo, já que o autor não está disposto a conferir às Literaturas de outros países o

mesmo grau de dignidade que atribui à Literatura Portuguesa. Basta para isso, analisar um trecho de seu livro:

“Na evolução do gosto provençalesco, depois da morte do rei D. Diniz, prevaleceu o gosto pelos Lais bretãos; em Portugal esses Lais narrativos receberam a fôrma em prosa, ampliada na Novella do *Amadis de Gania*, o typo primario do genero da Novella de Cavalleria. Foi essa a obra com que o genio portuguez, não obliterado sob a crusta rhetorica da amplificação castelhana, exerceu um influxo hegemonico em todas as litteraturas modernas, que tanto a imitaram e desenvolveram. No seculo XVI, quando a cultura portugueza se amoldou aos canones classicos impostos pelos eruditos da Renascença, os Humanistas portuguezes professaram largamente nas Escolas da Italia, e em França os Gouveas, sustentando a disciplina pedagogica em Paris e Bordéos, foram os mestres de Montaigne, de Rabelais, de Ignacio de Eoyola, de Calvino, e tantos outros vultos do grandioso seculo. E no esforço para crear-se a Epopêa moderna, digna de contrapôr-se às epopêas homericas e virgiliana, sómente o genio portuguez soube descobrir a verdadeira Tradição épica occidental das rhapsodias atlanticas creando sobre o mais decisivo facto da historia moderna a Epopêa dos *Lusíadas*.” (p. 138-139)

Assim, Teófilo Braga assume a iniciativa pioneira de outros países na elaboração de algumas escolas literárias, como a da Alemanha na formação do Romantismo (p. 153), entretanto nunca deixa de ressaltar o brilhantismo português em relação às contribuições estrangeiras. De fato, segundo ele, em Portugal não há imitações, mas cooperação solidária com os elementos que vêm de outras nações (p. 93).

Cabe lembrar também que a visão que Teófilo Braga tinha da História Literária era de uma área ampla e vigorosa, como poucos vieram a pensar desde então. Com efeito, ele a via fortemente concatenada com o estudo da sociedade e fortalecida pelos influxos deste ramo do conhecimento. Assim, ela teria muito a dizer não apenas sobre a Arte, mas sobre a sociedade e, por meio dela, sobre a História. Curioso, pois também ele a relega a um papel subalterno diante da Sociologia, como já se viu acima, ao classificar a Literatura como “fenômeno sociológico” e vê-la como “subordinada ao meio social”.

Esta aparente contradição é explicada facilmente quando se atenta para o fato que Teófilo Braga vê as ciências como poderosíssimas armas para entender a realidade, desde que trabalhando em conjunto. Como positivista, ele tendia a uma visão de

conjunto organicista, em que cada área tem um papel a cumprir para que o todo possa prosperar, cabendo ao homem ordenar estas partes de modo harmônico para que, respeitando as próprias leis naturais, tudo conflua para o progresso. Daí o lema positivista “Ordem e Progresso”.

Assim, a História Literária que se vê em *História da Literatura Portuguesa (Recapitulação)* tinha uma pretensão muito maior que a de hoje, ao mesmo tempo que era vista por Teófilo Braga como subordinada de modo determinista às teorias de outras ciências, como a Sociologia, a Psicologia e a Biologia. Sua legitimidade, portanto, era menor; sua autonomia, nula. O que não impedia de que, uma vez cumprindo seu papel diante do todo, pudesse ir muito além do que hoje almejam os estudiosos da área. Para confirmar esta visão, pode-se analisar o seguinte trecho da obra:

“Por seu turno a critica tornou-se philosophica, alargando a comprehensão das litteraturas: relacionando-as com a *sociedade*, de que ellas são a expressão (Villemain); recompondo por ellas a *psychologia* do temperamento individual, cuja vida vale tanto ou mais do que a obra de arte (Sainte Beuve); e determinando por ellas o *meio* em que actuam *as grandes correntes da civilização* (Taine). Tudo converge para a integração actual das bases da critica na historia litteraria.” (p.153-154)

Com efeito, pode-se ver que a palavra “integração” é a responsável pela síntese de conhecimentos em prol de uma abordagem multidisciplinar focada na investigação das leis que regem a Sociedade e História, ou, nas palavras do autor, citando Taine: “as grandes correntes da civilização”.

É interessante notar que, hoje alguns autores buscam a integração entre a História Literária e os estudos voltados para os elementos internos ao texto, notadamente a Retórica, como se pode ver na já citada obra de Bernardes (2002). Em *A História Literária e o Ensino da Literatura*, entretanto, não se vê esta preocupação, mas a integração almejada, e pode-se dizer até mesmo “exigida”, é aquela que se dá com as ciências que explicam o comportamento humano.

Isto, porém, não impede que o termo “retórica” seja algumas vezes usado numa conotação depreciativa, como uma verdadeira ofensa. Ao menos é o que se vê

claramente nos seguintes trechos: “mas decae este estudo na divagação rhetorica” (p. 75), “os modos de sentir individuaes degeneraram em uma intemperança de rhetorica” (p.112) e “Foi essa a obra com que o genio portuguez, não obliterado sob acrusta rhetorica da amplificação castelhana” (p. 138).

De fato, este uso e a pouca atenção que Teófilo Braga dá à análise retórica dos textos estudados nesta obra parecem confirmar o que afirmava Bernardes (2002) quanto à separação entre Retórica e História Literária e quanto ao fato de que neste período a última predominou intensamente. Talvez, como nunca depois viria a ser. O que também ajuda a explicar o interesse pelas ciências do comportamento humano (Sociologia, História, Psicologia e Biologia Genética) em detrimento de outros ramos da própria área de Letras.

História da Literatura Portuguesa (Recapitulação), hoje

Analisando a pertinência da obra de Teófilo Braga, hoje, é preciso ter em mente algumas considerações a serem feitas. Afinal, por que se encontra ela praticamente banida dos currículos escolares e mesmo das disciplinas universitárias? Trata-se de uma obra com alguns elementos que já foram superados pela crítica que lhe sucedeu e que já não tem, e nem parece que um dia voltará a ter, o lugar que antes ocupava.

As discussões sobre qualidade de uma obra literária com relação à outra e da Literatura de um país em comparação com a de outro acabam, de fato, prejudicando o livro de Teófilo Braga, pois cansam o leitor e fazem com que o autor perca credibilidade. Na medida em que a exaltação do gênio nacional perde sentido, com o advento das guerras mundiais e o despertar da consciência dos perigos que o Nacionalismo exacerbado pode trazer, vê-se uma diminuição da abertura que se dava às obras no estilo de *História da Literatura Portuguesa (Recapitulação)*, de Teófilo Braga.

As mudanças no âmbito político não foram as únicas, porém. Do ponto de vista teórico, a obra de Braga parece datada e ultrapassada também pela sua adesão muito marcada ao Positivismo. Com efeito, esta corrente já era muito atacada mesmo na época em que é lançada a versão final da obra de Teófilo Braga, em 1909. Sabe-se que Weber dizia ser necessário fazer uma Sociologia do Indivíduo, negando assim as grandes categorias coletivas e a possibilidade de estudos de temas tão amplos como os

preconizados pelos positivistas. Não haveria, portanto, a possibilidade de serem realizados estudos sérios sobre realidades tão amplas e, diante de tal obstáculo, as leis gerais reguladoras da Sociedade e da História, cuja descoberta foi postulada pelo Positivismo como sua meta maior, caem por terra. A principal obra de Weber é de 1904: *A ética protestante e o espírito do capitalismo* e pode-se dizer que já aí começa o Positivismo a agonizar.

No campo dos Estudos Literários, como mostra Bernardes (2002), a História Literária sofrerá um forte retrocesso a partir dos anos 60, com a emergência de estudos voltados para a análise dos elementos internos de um texto, como o Estruturalismo e a Semiótica. Mesmo com o fortalecimento da História Literária a partir dos anos 80, não se pode mais pensar numa obra de estudo da Literatura que não se debruce longamente sobre o texto em si, analisando seus elementos internos. Assim, a História Literária que volta à tona nos anos 80 é outra, renovada, distante daquela feita por Teófilo Braga.

Há que se pensar, porém, que, embora sua obra já não tenha mais lugar nas salas de aula de hoje, ela não pode ausentar-se do âmbito universitário. Afinal, ela faz parte da “História da História Literária”, ou seja, do percurso que se fez até o cenário acadêmico que se tem hoje. Assim, é de extrema importância conhecer a *História da Literatura Portuguesa (Recapitulação)*, como um importante capítulo dos estudos da Literatura e mesmo dentro do âmbito da História das Ideias.

Se assim for feito, o estudioso perceberá que este livro teve méritos notáveis, como a visão da Literatura como fenômeno de aspectos sociais complexos, antecipando-se a autores célebres como Antônio Candido, que desenvolveu teorias nesta linha. Se pecou por excesso, pode-se dizer em seu favor que esteve sob pesadas influências do cenário intelectual e político de sua época e, se isso não justifica o erro, ao menos atenua-o.

Bibliografia:

BERNARDES, J. A. C. *A História Literária e o Ensino da Literatura*. In: II Jornada Científica-Pedagógica de Português. Coimbra, Almedina, 2002, pp. 15-39.

BRAGA, T. *História da Literatura Portuguesa (Recapitulação)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

BRAGA, T. *História da Literatura Portuguesa (Recapitulação)*. Porto: Livraria Chardron, 1909

COMTE, A. “Discurso sobre o Espírito Positivo”. In: *Comte. Coleção Os Pensadores*.

São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PINTO, J. M. “Formação, Tendências Recentes e Perspectivas de Desenvolvimento da Sociologia em Portugal”. In: *Sociologia, Problemas e Práticas*. n. 46, Oeiras, set. 2004. Versão impressa ISSN 0873-6529. Disponível In: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n46/n46a01.pdf> . Acessado em 27/11/2013.

PIMPÃO, A. J. C. *História da Literatura Portuguesa (Séculos XII a XV)*. Coimbra, Edições Quadrante, 1947, vol. I.

SOUSA, M. G. “Álvaro Júlio da Costa Pimpão (1902-1984): o 26º Reitor do Liceu de Viseu”. In: *Revista de Arte e Crítica de Viseu*. Disponível em: <http://aveazul.blogspot.pt/2006/09/lvaro-jlio-da-costa-pimpo-1902-1984-o.html> Acessado em 27/11/2013.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Editora Thomson Pioneira, 2008.